

A ESCOLA DO MAGISTÉRIO PRIMÁRIO DE COIMBRA (1942-1974). UMA INSTITUIÇÃO PÚBLICA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM PORTUGAL

Luís Mota – IPC, ESE/ GRUPOEDE, CEIS20, UC

António Gomes Ferreira – FPCEUC/ GRUPOEDE, CEIS20, UC

Carla Vilhena – FCHS, UAlg/ GRUPOEDE, CEIS20, UC

Prolegómenos

Pretende-se concretizar uma síntese, de cariz histórico, de uma instituição educativa portuguesa, de âmbito regional – Coimbra –, criada com o propósito de realizar a formação de professores do ensino primário. A análise centra-se num período específico do seu funcionamento, cerca de três décadas, durante a vigência do Estado Novo. Partimos de uma definição prévia de categorias, respaldadas nos vestígios, ou se se preferir, nas fontes disponíveis. Neste sentido, a abordagem ao percurso da Escola do Magistério Primário de Coimbra, entre 1942 e 1974, contempla os espaços, os professores e as professoras, o corpo discente, o currículo e as práticas educativas e os rituais escolares. O presente texto constitui um recorte de um estudo mais vasto dedicado às instituições de ensino normal primário público, em Coimbra (MOTA; FERREIRA, 2012).

A existência de instituições de ensino normal que articulam a transmissão de conhecimentos, de técnicas, de normas e de valores específicos da profissão com a produção desse mesmo corpo autónomo de saberes pedagógicos, radica na conjugação de fatores ao longo do processo histórico, como a questão do problema do método no campo da didática, em pleno século XVII, com a emergência e afirmação das preocupações estatais, em finais de setecentos e na centúria seguinte, com os problemas do ensino, a par, em dado momento, da afirmação profissional e social dos mestres de ler, escrever e contar, num contexto de crescente procura social da educação caucionada pelas transformações socioeconómicas.

Os primeiros esforços de institucionalização do ensino normal, em Portugal, remontam a meados da segunda década de oitocentos e surgiram associados à



tentativa de difusão do método de ensino mútuo, contudo foi na produção legislativa de Rodrigo da Fonseca Magalhães, em 1835, que se intentou criar uma rede escolar de ensino normal primário, tendo sido prevista a existência de uma escola normal de instrução primária para o sexo masculino, em cada capital de distrito. A despeito desta e de outras iniciativas, só em 1862, quase trinta anos depois, seria instalada, no palácio dos marqueses de Abrantes, em Marvila, a primeira escola normal para o sexo masculino. Coimbra, a par de outras localidades, nomeadamente, por força da instabilidade política, das dificuldades orçamentais e da falta de recursos humanos capacitados, viu a criação de uma escola normal primária ser adiada até ao século XX.

Novo século e novo diploma legal (PORTUGAL, 1901) corporizam a instalação, em Coimbra, de uma escola normal destinada ao sexo masculino, bem como outra para o sexo feminino. Não obstante, os quarenta anos seguintes trouxeram hesitações, vicissitudes e controvérsias ao desenvolvimento do ensino normal em Portugal, das quais a escola de Coimbra não só não se eximiu, como esteve no epicentro dos acontecimentos que, em 1936, conduziram o Estado Novo a suspender as matrículas do 1º ano, nas escolas do magistério que entretanto tinham sido criadas pelo governo de Ditadura Nacional para substituir as republicanas escolas normais primárias. Foi tão só em 1942 que o Estado Novo inscreveu, definitivamente, o modelo escolar como o mais conveniente para a formação de professores do ensino primário.

A reabertura, naquela data, das *novéis* escolas do magistério primário, de entre elas, a de Coimbra, consagra-as como estabelecimentos de ensino oficial, confiando-lhes a tarefa de ministrar, aos alunos, “a cultura e a prática pedagógica” (PORTUGAL, 1942, p. 1140) e conferindo-lhes a preparação necessária para o desempenho da função de professor do ensino primário, tarefa que a Escola do Magistério Primário de Coimbra desempenharia, apesar das transformações políticas que modificaram a fâcies do país, especialmente entre 1974 e 1977, até 1989, ano da sua extinção, cedendo o espaço à Escola Superior de Educação que atualmente integra o Instituto Politécnico da conhecida cidade dos estudantes.

O devir histórico, aqui enunciado em síntese – e.g., inquérito à escola e suspensão das matrículas do 1º ano (1935 e 1936) ou o ano da sua extinção (1989) –, e as suas motivações, resultam, em larga medida, de idiosincrasias da Escola que, a par das motivações, a singularizam entre as demais.

A diferenciação em relação a outras instituições educativas portuguesas tem por base, desde logo, os seus destinatários, seja pela idade cronológica – só podiam ser admitidos portugueses entre os dezasseis e os vinte oito anos de idade –, pelo sexo ou pelas origens, geográficas ou socioeconómicas. Indicadores que encerravam, só por si, um elevado grau de variação na composição do corpo discente, conferindo um potencial de diferenciação face às restantes escolas do magistério primário.

O esforço inicial de homogeneização, patente na exigência do diploma do 2º ciclo liceal (ou equivalente) e nos exames de admissão – escritos e orais – a português, matemática e geografia-história, não obliterou a presença de culturas e valores



distintos que, independentemente da maior ou menor proximidade em relação à cultura escolar oficial, contribuíram para uma adequação do projeto pedagógico de cada escola, em geral, e da Escola do Magistério Primário de Coimbra, em particular.

Do já enunciado destaque-se o reconhecimento da diversidade existente entre as instituições educativas (SANFELICE, 2006), mais ou menos percuciente, nomeadamente, também entre as escolas do magistério primário, instituições de formação que transmitem a cultura escolar, mas produzem, de igual modo, culturas, dimensão que lhes confere uma “identidade histórica” (MAGALHÃES, 2004, p. 125). A Escola do Magistério Primário de Coimbra, enquanto instituição educativa, constitui uma realidade dentro de outra realidade, enquadrada à escala nacional e internacional, por uma norma política e por uma estrutura educativa, fazendo com que o seu espaço de atualização identitária (MAGALHÃES, 2004) emergja na relação dialética entre a agência (liberdade e autonomia dos atores) e a estrutura (traduzida num certo normativismo burocrático), espaço para “infidelidades normativas” (LIMA, 1998, p. 176), caldeada pelas mudanças de contexto – e.g., económico, político, social – que conduzem a alterações, mais ou menos de circunstância, oferecendo um conjunto de oportunidades que, por si só, constituíram campo para o desenvolvimento de particularidades resultantes das vicissitudes históricas experienciadas pela Escola.

Interpretação que concilia uma aproximação às relações que a Escola estabeleceu com o contexto geográfico e sociocultural em que se encontra inserida, bem com a interpelação da sua realidade interna, enquanto “instituição, organização e comunidade” (MAGALHÃES, 2004, p. 123) marcada pelas suas próprias condições materiais e simbólicas de existência – e.g., racionalidade pedagógica, autossuficiência de recursos. Nesta perspetiva analisam-se os espaços e os edifícios, as áreas de organização, a estrutura sociocultural, bem como as identidades cultural e educacional. Convocamos e resgatamos todas as fontes (disponíveis), seja no domínio do arquivo, da memória ou da museologia (MAGALHÃES, 2004). A partir da triangulação de dados delineamos o modelo pedagógico da EMPC e salientamos dimensões de mudança e permanência, bem como de rutura (e conformidade) entre a norma e as práticas sociais.

Os espaços e os prédios da escola

A Escola do Magistério Primário de Coimbra (EMPC), criada em 1930, ficou instalada em edifício arrendado que servira a Escola Normal republicana, na Sé Velha, onde também funcionava a escola anexa de aplicação, no piso térreo do mesmo prédio (Figura I).



Figura I- Edifício da Escola Normal Primária de Coimbra (Largo da Sé Velha)

Aí permaneceu durante todo o período de suspensão das matrículas até 1942, momento da sua reconfiguração e reabertura das matrículas no 1º ano. Cerca de dois anos mais tarde, depois da remodelação parcial do edifício que até então albergara o liceu feminino, a EMPC desloca-se para uma zona mais periférica da cidade, em fase de plena urbanização. Da Sé Velha, junto à Universidade, no coração da cidade, vai para a Quinta da Rainha, próximo da Cruz de Celas (Figura II).



Figura II – Vista da Quinta da Rainha (Celas). Edifício da EMPC ao centro em baixo (Fotografia anónima, sem data. Imagoteca. Biblioteca Municipal de Coimbra)



De acordo com os alunos-mestres, respirava-se um ar mais puro e dilatavam-se horizontes (MAJOAL, 1949). Traços marcantes, as dimensões exíguas do edifício – e.g., apenas duas salas de aula –, facto que acabava por espelhar o processo de redução a que foi submetido todo o ensino normal – e.g., duração da formação, plano de estudos – e a preocupação com a separação dos sexos, evidenciado na existência de duas salas de espera para o corpo discente. Finalmente, a incompletude das obras de adaptação do edifício que excluía a adaptação do ginásio ao funcionamento misto da EMPC. A escola anexa de aplicação continuou a funcionar na Sé Velha para, posteriormente, com o crescimento do número de alunos-mestres, a figura se estender a várias escolas primárias da cidade que receberam estagiários.

A EMPC viveu, naquele tempo, em situação precária de condições de trabalho, aspeto que o crescimento do número de vagas para admissão de alunos e alunas-mestras colocou a nu. As condições difíceis em que todos trabalhavam, destacando-se a inadequação do equipamento e dos espaços para as *lições*, chegou mesmo a ser objeto de denúncia pública (ENVERGONHADA, 1956).

Apesar dos anseios dos normalistas e, igualmente, dos (de alguns, pelo menos) conimbricenses seria preciso esperar pelo segundo lustro da década de 50 para a EMPC ser instalada num edifício construído de raiz. Por alturas da adoção do plano regulador urbanístico dessa década, na cidade de Coimbra, é anunciada abertura de concurso em dezembro de 1956. Cerca de dois anos mais tarde, a 20 de outubro de 1958 tinham início as aulas no novo edifício da EMPC (Figura III).



Figura III - Visita às obras da EMPC (Fotografia anónima. Imagoteca, Biblioteca Municipal de Coimbra).

Na fotografia pode ver-se a nova Escola, aquando de uma visita ao andamento das obras. É possível observar, ainda, do lado esquerdo, o edifício das escolas



anexas de aplicação, ainda em construção. A inauguração ocorreria quase dois anos depois, a 16 de outubro de 1960. No dia da inauguração a cerimónia foi marcada pelo peso da solenidade, com a presença de importantes personalidades políticas e religiosas, hierarquicamente colocadas e destacadas, com manifesta preocupação de inculcação ideológica e doutrinação moral, onde, na sua antecâmara, a Escola foi benzida, bem como os crucifixos – ícones com presença obrigatória nas salas de aula – seguindo-se o hino nacional e os discursos, culminando numa visita guiada às instalações (COELHO, 1960).

Diretor e professores reconheciam a importância do espaço e do edifício para a educação, em geral, e para a prática educativa escolar, em particular, considerando-o como facilitador da adoção de práticas coletivas e individuais adequadas à valorização e progresso escolar (GASPAR, 1959b), consubstanciando-se uma simbiose com o espaço para educar, dado que este é parte integrante da educação e do homem que se pretendem implementar e criar (NOGUEIRA, 1960).

No momento em que a escola era “desvalorizada” e “atirada” para a periferia da cidade (Calhabé), zona que ainda há pouco principiara a sua urbanização, ganhava importância pela imponência e dimensão do seu prédio construído de raiz, com os espaços e os equipamentos adequados, destacando-se na novel paisagem urbana, servindo de referência no ordenamento urbano, sem prejuízo de, por meio do traço arquitetónico e da construção, se fechar sobre si própria e, de algum modo, se isolar do meio envolvente – e.g., gradeamento e portão.

Da liderança ao corpo docente

A EMPC conheceu uma liderança bicéfala, assegurada por Francisco de Sousa Loureiro (1909-1979) e José Maria Gaspar (1910-1987), o primeiro, diretor, o segundo, professor de Didática Especial. A legislação já os fazia sobressair, no âmbito das escolas do magistério primário, o diretor, a quem competia lecionar Pedagogia e o professor de Didática Especial, pela ligação à prática educativa, especialmente este professor de Didática cuja importância ia muito para além desse facto. Duas figuras que tutelaram a EMPC durante (quase) toda a vigência do Estado Novo.

Francisco de Sousa Loureiro (NÓVOA, 2003) era licenciado em Letras e foi diretor da EMPC entre 1946 e 1974. Foi um dos protagonistas da construção de um ensino normal em Portugal, a partir da década de quarenta, pugnando por uma educação nacionalista. Autor de obras de educação, entre elas, as *Lições de Pedagogia e Didática Geral* (LOUREIRO, 1950) que serviam de apoio à sua atividade docente e constituíam o suporte para o estudo dos seus alunos.

José Maria Gaspar (NÓVOA, 2003), com uma formação mais diversificada, realiza estudos preparatórios de Filosofia e Teologia no Seminário, possuía o diploma do magistério primário e o curso de Ciências Pedagógicas. Católico e nacionalista, tinha profundas ligações ao Estado Novo e à Igreja. Foi vogal da Junta Nacional de Educação e participou dos trabalhos da União Mundial dos Educadores Católicos. Colaborador assíduo da imprensa de educação e ensino, é, ainda, autor de livros sobre educação e



ensino, tocando temáticas como a didática especial (GASPAR, 1959a), que traduziam as suas aulas, a legislação do ensino normal primário e primário ou a educação de adultos.

Acompanhava estes dois professores, um corpo docente reduzido, entre oito a doze, de 1943 a 1954, e de 1962 a 1974, entre onze a catorze professores e professoras. O recrutamento de docentes para lecionarem na EMPC, em regime de acumulação, era realizado nos liceus da cidade, especialmente, no Liceu Normal D. João III – casos de Educação Física, de Educação Moral e Cívica e para a disciplina de Música e Canto Coral. No Liceu Nacional Infanta D. Maria o recrutamento incidiu na seleção de professoras para Educação Física. Mais tardiamente, também dois professores do Liceu D. Duarte vieram a lecionar na Escola do Magistério – de Desenho e Trabalhos Manuais, bem como de Educação Física. No seu conjunto, em face de poucos docentes integrarem o quadro de efetivos da EMPC, a par do recrutamento em instituições do ensino secundário, terá contribuído para dificultar o desenvolvimento da profissionalidade e de identidades profissionais de professor do ensino normal primário.

Do plano de estudos aos conteúdos lecionados

As pouco mais do que três décadas de ensino normal primário, levando em consideração o plano de estudos legalmente definido, podem ser divididas em dois subperíodos, um de 1942 a 1960 e um outro de 1961 a 1974.

Quadro n.º 1: Plano de estudos das Escolas do Magistério Primário

Disciplinas	1942				1960				
	1º S	2º S	3º S	Total	1º S	2º S	3º S	4º S	Total
Pedagogia e didática geral [e História da Educação]	5	-	-	5	4	4	1	1	10
Psicologia aplicada à educação	3	6	-	9	4	3	3	2	12
Didática especial do [Grupo A]	-	6	6	12	3	2	2	2	9
Didática especial do Grupo B	-	-	-	-	3	2	2	2	9
Higiene escolar	3	-	-	3	2	2	2	1	7
Educação física	2	2	2	6	2	2	2	-	6
Desenho e trabalhos manuais educativos	2	3	2	7	-	2	2	2	6
Educação Feminina	2	2	2	6	-	2	1	-	3
Música e canto coral [Educação Musical]	2	2	2	6	2	1	-	-	3
Legislação e administração escolares	-	-	3	3	2	2	-	-	4
Organização política e administrativa da Nação	2	-	-	2	2	2	2	-	6
Educação moral e cívica [Educação Moral]	2	-	-	2	2	2	2	-	6
Prática pedagógica	5	8	8	21	2	4	8	-	14
Total	28	29	25		28	30	27	10	

Fonte: Portugal. 1942: 1960.

O primeiro corresponde ao plano de estudos que entrou em vigor em 1942, um plano aprovado em 1960, dá nota do segundo. Ainda assim, os programas em vigor foram os aprovados em 1943 (PORTUGAL, 1943), a despeito das transformações ocorridas na formação social portuguesa, da crescente escolarização e do reconhecimento, ao nível político, da necessidade da reforma das escolas do magistério primário.



Os planos de estudo, para além da redução do curso para três semestres (PORTUGAL, 1942) que, numa ténue tentativa de correção, quase duas décadas depois, se passa a dois anos (PORTUGAL, 1960). Conservam-se as disciplinas de cultura pedagógica, para o efeito “expurgadas” do considerado excessivamente complexo e supérfluo para a função (de professor do ensino primário). Quer evitar-se o que se define como pedantismo, a velha máxima de que um professor não é um doutor, pelo que não deve saber de mais pois isso prejudicá-lo-ia no seu desempenho docente. Os programas são embasados nos princípios morais e nacionais catolicistas. Em consonância, mantêm-se, para além das disciplinas de expressões, um terceiro grupo de cariz vincadamente ideológico – e.g., Organização política e administrativa da Nação ou Educação feminina.

As alterações introduzidas pelo diploma de 1960 foram pouco menos do que titubeantes. A manutenção dos programas conferiu, às alterações, um carácter quase, mas não totalmente, nominal (quadro n.º 1 – alterações a negrito). De resto, na EMPC, alguns professores eram autores dos seus manuais ou sebatas, um suporte que se manteve inalterável. Prosseguiu-se, praticamente, com o que sempre se fizera.

Ainda assim, introduziram-se alterações. A carga letiva, das disciplinas de cultura pedagógica aumentou, em prejuízo das expressões, com a redução das horas atribuídas, bem como pela criação do 4º semestre. Mais significativas foram as alterações introduzidas ao nível do estágio. Em 1942, o estágio realizava-se de 1 de março a 31 de julho, fora da órbita estreita da própria escola do magistério, em escolas primárias oficiais, tendo como orientadores professores do ensino primário de reconhecida competência. A distribuição dos estágios era da competência dos diretores. Pelo diploma de 1960 o estágio passa a realizar-se nas escolas de aplicação anexas às do magistério primário, anteriormente reservadas à prática pedagógica, sendo nomeados para orientadores de estágio os professores dessas escolas. Constitui-se um conselho das escolas de aplicação, presidido pelo diretor e composto pelos professores daquelas escolas e pelos professores de Didática especial. Competia a estes professores coordenar o trabalho desenvolvido pelas duas instituições.

Das aulas pouco podemos adiantar em face da lacuna de fontes ou vestígios, esboçamos uma compreensão fundada na produção bibliográfica de alguns dos seus professores. Francisco de Sousa Loureiro, divide as suas Lições (LOUREIRO, 1950) em duas partes, uma dedicada à Pedagogia, a outra à Didática Geral. Inicia as lições pela noção de Pedagogia – *ciência e a arte de Educação* – e a natureza integral da formação. Ao longo dos capítulos seguintes explora a necessidade, possibilidade e limites da educação, a noção e as espécies de condições da educação, os meios de educação e os hábitos. No âmbito do estudo da Didática Geral, onde se iniciavam pelo conceito de didática, *a ciência e a arte da aprendizagem*, para se debruçarem sobre as questões da aprendizagem, as suas leis, a motivação, as curvas da aprendizagem e a sua organização. Depois tomavam contacto com os diferentes métodos, dos passos formais de Herbart ao de projetos ou de Dewey, passando pelo jogo, pelos centros de interesse e pelo método acroamático, numa abordagem cuidadosamente aclimatada



aos valores do Estado Novo. Já em Processologia Didática, abordava questões como a distribuição dos alunos na classe, o horário e o livro escolar, a preparação das lições, o material escolar e didático, os passeios escolares, os exercícios e exames e a atitude professoral.

Nas aulas de *Didática Especial*, com José Maria Gaspar, começavam, os alunos e as alunas, por tomar consciência da didática como *maneira de conduzir e receber o ensino*, e compreender que a Didática, a par com a Psicologia, a Higiene, a Moral e outras ciências, estabeleciam as normas que deveriam nortear a sua ação em educação. Depois do lugar da Didática entre as ciências da educação, abordavam a distinção entre Didática Geral e Especial. A seguir estudavam a condução geral das lições, plano e fases. A parte principal do estudo centrava-se na didática dos domínios do saber específicos do ensino primário, Aritmética, Língua Materna, Geografia, História, Trabalhos Manuais e do Desenho (GASPAR, 1959^a).

Quem eram os alunos-mestres e as alunas-mestras da EMPC? Dos números à apreciação qualitativa

No cômputo global, entre 1942 e 1974, os diplomados da EMPC representaram 7% (2513) do total nacional (31996). Dos diplomados pela escola, apenas 16% (392) eram professores, tendo a EMP, em Coimbra, formado 2121 professoras (84%). Elevado grau de feminização da profissão de docente do ensino primário, sendo que Coimbra acompanhava a média nacional. Situação claramente ao arrepio da vontade política do Estado Novo que, através da tutela, definia as vagas, determinando que somente dois terços se destinavam a alunas-mestras (PORTUGAL, 1942). O número de diplomados cresceu do período de 1945-1957 para 1958-1974, nestes últimos 16 anos diplomaram-se mais 20 alunos-mestres/ ano do que no período anterior, numa média anual de 120 diplomados. Tendência *natural*, em linha com um sistema educativo em expansão.

Para caracterizar o corpo discente, do ponto de vista socioeconómico e cultural, convocamos representações dispersas entre as notícias compulsadas no *Rumo. Jornal dos alunos da Escola do Magistério Primário de Coimbra* articuladas com os testemunhos orais recolhidos (MOTA, 2006).

De um modo genérico, o retrato dos alunos-mestres e das alunas-mestras, caracterizava-os como possuindo origens humildes, podendo ser situados na classe média baixa, de proveniência rural e debatiam-se com dificuldades económicas para obterem o diploma, aspeto agravado pela estadia em Coimbra. Localizados neste estrato social, pelo menos uma parte, ingressava no curso por tradição familiar ou contacto com cultura escrita (e.g., professor, padre). De entre eles haveria filhos de boas famílias e gente licenciada que frequentava a EMPC devido a fracassos sucessivos escolares (e.g., 3º ciclo liceal) e por cabulice. Heterogeneidade que espelha desigualdades sociais que se tornavam visíveis pela roupa que exibiam ou na disponibilidade, que demonstravam ter (ou não) para consumir e realizar despesas durante as viagens que a escola promovia. Retrato que se compagina com estoutro



que identifica os alunos-mestres com capacidades e tão capazes como quaisquer outros, demonstrado no número significativo deles que chegou a professor da universidade, por vezes, sem exercer sequer a profissão no ensino primário. Evocavam-se, igualmente, outros percursos profissionais que orgulhavam a EMPC dos seus alunos e alunas-mestras – e.g., nas estruturas do Ministério da Educação Nacional (MOTA; FERREIRA, 2016).

Vivências do quotidiano na EMPC

Há duas vertentes, no quotidiano e nas vivências e rotinas da EMPC, que se destacam, uma pela sua mudança e as implicações que a sua alteração traduz, a segunda, pela sua constância e permanência, respetivamente, o prédio e o espaço, e a ambiência católica da formação.

Do edifício alugado na Sé Velha, no palpitante da cidade, na Alta junto à Universidade, com a primeira mudança, para uma quinta, numa zona em fase adiantada de urbanização, mas distanciado do bulício urbano. Em qualquer caso, transitou-se para um edifício exíguo, mas, ainda assim, que beneficiou de obras de adaptação e beneficiação. Finalmente, a viagem para um luminoso prédio construído de raiz, bem dimensionado e equipado, acompanhado de um espaço envolvente com a dimensão de um amplo quarteirão. Em contrapartida, estava situado numa zona limítrofe da cidade, rodeado de outros equipamentos escolares e desportivos e de quintas. Naturalmente que as vivências e as rotinas da formação não deixaram de incorporar estas transformações.

A marca católica transparece com as vivências do status quo católico – e.g., participação na missa, celebração do mês de Maria. A associação da profissionalidade docente a essa religiosidade católica, emerge de forma muito vincada na consagração anual dos finalistas ao Sagrado Coração de Maria, com especial destaque para o ano de 1952 que ocorreu em Fátima, numa iniciativa promovida por um conjunto de alunos-mestres da EMPC e que acabaria patrocinada por autoridades políticas, eclesásticas e educativas, envolvendo os finalistas do magistério primário a nível nacional, bem como os professores e as professoras em serviço, dispensados pela tutela para participarem. Uma vivência que era enquadrada pelas organizações católicas presentes na escola, como sejam a Liga Escolar Católica (LEC) (1942-1952), as Conferências de S. Vicente de Paulo (1950-1961) e a Liga Intensificadora da Ação Missionária (LIAM) (1961-1969). Estoutra, tem a particularidade de ter estado na origem da celebração, entre portas, de uma missa e que constitui oportunidade para a produção, na escola, de um artefacto específico para o efeito, um altar. De resto, era habitual a participação na procissão do Corpo de Deus, cabendo ao diretor segurar no pálido (MOTA; FERREIRA, 2012).

As representações dos professores e das professoras reenviam-nos para o investimento simbólico e ideológico do Estado Novo, pela afirmação de uma conduta irrepreensível e o prestigiar da escola, aprumo e um ideal verdadeiro e justo que faz justiça à trilogia Deus, Pátria e Família.



A perspectiva conservadora e puritana está presente na abordagem às relações entre alunos-mestres e alunas-mestras caracterizadas por uma *amizade* e *amizade* *camaradagem*, enquanto o ambiente da escola se apresenta como um *familismo*. Através da evolução das festas – a receção aos novos (a festa da castanha com as fogueiras e as *enfarruscadelas*) e a festa de despedida dos finalistas – permite detetar algum paralelismo com a evolução da formação social portuguesa, de que o aparecimento e evolução do baile, parece autorizar semelhante conclusão.

Sintomática, nessa perspectiva evolutiva e de transformação da sociedade portuguesa e da EMPC, a festa de 1964 que coincide com a abertura do ano escolar (distante do “tradicional” magusto), num programa recheado de eventos inusitados e pouco comuns, num acontecimento que parece ilustrar alguma abertura à comunidade e uma aproximação às leituras da educação pelo viés do capital humano e do *ocedeísmo*, o Conselho Escolar atribuiu o prémio D. Dinis, a conceder ao melhor aluno de cada ano, instituído pela Sociedade Central de Cervejas (MOTA; FERREIRA, 2016).

Notas finais

Em termos de sintomia, a leitura resultante da análise da evolução dos espaços e edifícios, e de cada um per si, ilustraram quanto as condições materiais de existência subordinam a nossa perspectiva da educação, bem como toda e qualquer experiência educativa. Padronizada pelo sistema de ensino em que se encontrava enquadrada, inscrita num tempo com condições materiais e simbólicas dadas – e.g., políticas, culturais ou socioeconómicas –, nem por isso deixaram de medrar, resultantes da gestão e vivência de uma experiência de um destino traçado, singularidades identitárias. Em contraponto a uma norma tantas vezes tomada como cerceadora da ação, a sua ausência esteve longe de promover e potenciar a intervenção, nomeadamente, dos professores – e.g., a alteração dos planos de estudo e a ausência de publicação de novos programas, em 1960. O clima de escola emergiu pintado de “familismo”, “camaradagem” e “amizade”, ilustrando a eficácia dos discursos conservadores dominantes, não dando espaço a uma complexificação da leitura das relações entre alunos-mestres e entre estes e os professores. Em linha com esta conclusão, o quadro de festas celebradas na Escola, apresenta uma conformidade intrínseca com o quadro de valores de ruralidade e tradição católica promovido pelo Estado Novo, no contexto de uma ordem social e política, na aparência, (que se desejava) estática. Apesar disso, não deixaram de se identificar certas linhas evolutivas – e.g., *ocedeísmo*. Concluindo, o estudo comprova, ainda, a incapacidade de, através da ação legislativa, modificar o sentido evolutivo das sociedades, em geral, e da educação, em particular – e.g., a feminização do corpo docente.



Referências bibliográficas

COELHO, Andurival. A inauguração da Escola com a presença dos Senhores Ministros da Educação Nacional e das Obras Públicas. **Rumo. Quinzenário dos alunos da Escola do Magistério Primário de Coimbra**, 1 nov. 1960.

ENVERGONHADA, Caloira. Carta para longe. **Rumo, Quinzenário dos alunos da Escola do Magistério Primário de Coimbra**, p. 4, 15 dez. 1956.

FALCÃO, Ilídio de Jesus Coelho. Entrevista a um aluno-mestre no período de 1942-1960, professor nos períodos seguintes e diretor na normalização e anos 80. In: MOTA, Luís. **A Escola do Magistério Primário de Coimbra (1942-1989). Entre Ideologia, Memória e História**. 2006. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade de Coimbra, Coimbra. P. 57-141. (Entrevista concedida a Luís Mota. Anexo I – Entrevistas, Tomo II).

GASPAR, José Maria. **Apontamentos de Didática Especial**. Coimbra: Livraria Almedina, 1959a

GASPAR, José Maria. O regresso. **Rumo. Quinzenário dos alunos da Escola do Magistério Primário de Coimbra**, p. 1, 1 dez. 1959b.

GRÁCIO, Joaquim Martins. Entrevista a um aluno-mestre no período de 1942-1960. In: MOTA, Luís. **A Escola do Magistério Primário de Coimbra (1942-1989). Entre Ideologia, Memória e História**. 2006. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade de Coimbra, Coimbra. P. 289-317. (Entrevista concedida a Luís Mota. Anexo I – Entrevistas, Tomo II).

LIMA, Licínio. **A escola como organização e a participação escolar: Um estudo da escola secundária em Portugal (1974-1988)**. 1998. Universidade do Minho, 1998.

LOUREIRO, Francisco de Sousa. **Lições de Pedagogia e Didática Geral**. Coimbra: Depositária: Livraria Gonçalves, 1950.

MAGALHÃES, Justino. **Tecendo nexos: História das instituições educativas**. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004.

MAJOAL. Recordando. **Rumo, Jornal dos alunos da Escola do Magistério Primário de Coimbra**, 22 abr. 1949.

MOTA, Luís **A Escola do Magistério Primário de Coimbra (1942-1989). Entre Ideologia, Memória e História**. 2006. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade de Coimbra, Coimbra.

MOTA, L.; FERREIRA, A. G. Instituições de ensino normal primário público em Coimbra (1901-1989). In: PINTASSILGO, J. (Ed.). **Escolas de formação de professores em Portugal**. Lisboa: Edições Colibri, 2012. p. 149-204

MOTA, L.; FERREIRA, A. G. Uma instituição de formação de professores do ensino primário em Coimbra (1942-1974). **Educação e Realidade**, v. 41, n. número especial, p. 1397-1418, 2016. Disponível em: <<http://scielo.br/edreal>>.

NOGUEIRA, Taborda. Escola em festa – A inauguração do novo edifício é bem uma festa escolar portuguesa. **Rumo. Quinzenário dos alunos da Escola do Magistério Primário de Coimbra**, p. 1-4, 1 out. 1960

NÓVOA, A. **Dicionário dos Educadores Portugueses**. Porto: ASA, 2003

PORTUGAL. Decreto-lei n.º 32243, de 5 de setembro de 1942. Regula o funcionamento das



escolas do magistério primário. **Diário do Governo**, n. 208, série I, 5 set. 1942. P. 1139-1143.

PORTUGAL. Decreto-lei n.º 32629, de 16 de janeiro de 1943. Programas das escolas do magistério primário. **Diário do Governo**, n. 12, série I, 16 set. 1943. P. 31-41.

PORTUGAL. Decreto-lei n.º 43369, de 2 de dezembro de 1960. Altera o plano de estudos das escolas do magistério primário e insere outras disposições relativas ao funcionamento das referidas escolas. **Diário do Governo**, n. 279, série I, 16 dez. 1960. P. 2674-2676.

QUEIRÓS, José Fernando Alves. Entrevista a um professor entre os dois períodos do Estado Novo, 1942-1960. In: MOTA, Luís. **A Escola do Magistério Primário de Coimbra (1942-1989). Entre Ideologia, Memória e História**. 2006. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade de Coimbra, Coimbra. P. 141-185. (Entrevista concedida a Luís Mota. Anexo I – Entrevistas, Tomo II).

SANFELICE, José Luís História, instituições escolares e gestores educacionais. **Revista HISTEDBR On-line**, v. número esp, p. 20-27, 2006.

TORGAL, Gonçalo Reis. Entrevista a um aluno-mestre no período de 1942-1960. In: MOTA, Luís. **A Escola do Magistério Primário de Coimbra (1942-1989). Entre Ideologia, Memória e História**. 2006. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade de Coimbra, Coimbra. P. 433-502. (Entrevista concedida a Luís Mota. Anexo I – Entrevistas, Tomo II).

